

ENTREGUE
NO I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE

2025

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD.

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL DE COIMBRA DO ISS, IP

PARECER: EM ____/____/____

DESPACHO:

EM ____/____/____


(Assinatura do Contabilista-Certificado)

202724506

13364

O CONSELHO EXECUTIVO:

APROVADO PELO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO:

LOCAL: Oliveira do Hospital

LOCAL: Oliveira do Hospital

DATA: 27-03-2026

DATA: 23/03/2026

ATA Nº: 632

ASSINATURAS

Presidente

Secretário

Tesoureiro

ASSINATURAS

Presidente

Secretário

Tesoureiro

Vogal

Vogal

Vogal

Vogal



Índice

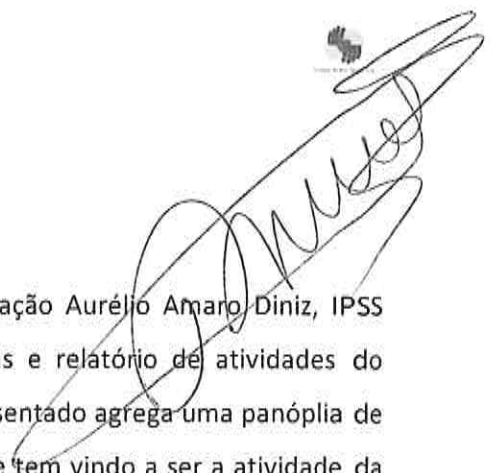
1 – Introdução	6
2 – A Instituição no meio envolvente.....	6
3 – Atividade.....	8
3.1 – Áreas de atividade	8
3.2 – Matriz de Gastos da Atividade.....	12
4 – Investimentos	13
4.1 – Investimentos Realizados em 2025	13
5 – Produção.....	15
6 – Recursos Humanos	16
7 – Processos judiciais em decisão	16
8 – Perspetiva para o futuro.....	16
9 – Proposta de Aplicação de Resultados.....	17
BALANÇO	18
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	20
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	21
31 de dezembro de 2025.....	21
1 - Identificação da entidade.....	22
2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	22
3 – Principais Políticas Contabilísticas	22
3.1 – Bases de Apresentação	23
3.1.1 – Regime do Acréscimo (periodização económica)	23
3.1.2 – Continuidade	23
3.1.3 - Compreensibilidade	23
3.1.4 - Relevância	23
3.1.5 – Materialidade	23
3.1.6 – Fiabilidade	24
3.1.7 – Representação Fidedigna	24
3.1.8 – Substância sobre a forma.....	24
3.1.9 – Neutralidade.....	24

3.1.10 – Prudência.....	24
3.1.11 – Plenitude	25
3.1.12 – Comparabilidade	25
3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	25
3.2.1 – Fluxos de Caixa	25
3.2.2 – Ativos Intangíveis	25
3.2.3 – Ativos Fixos Tangíveis.....	25
3.2.4 – Bens do Património Histórico e Cultural	26
3.2.5 – Investimentos Financeiros	26
3.2.6 – Inventários.....	26
3.2.7 – Instrumentos Financeiros.....	27
3.2.8 – Fundos Patrimoniais.....	27
3.2.9 - Provisões	28
3.2.10 – Financiamentos Obtidos	28
3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos.....	28
4 – Ativos Fixos Tangíveis	29
5 – Ativos Intangíveis.....	30
6 – Custos de Empréstimos Obtidos.....	30
7 – Inventários	31
8 – Rendimentos e Gastos.....	31
9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	31
10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas	32
11 – Instrumentos Financeiros	33
12 – Benefícios dos empregados.....	33
13 – Acontecimentos após a data de Balanço	33
14 – Trabalhos para a Própria Entidade	34
15 – Divulgação exigidas por outros diplomas legais.....	34
16 – Outras Divulgações	34
16.1 – Investimentos Financeiros	34
16.2 – Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, doadores, associados e membros	35
16.3 – Clientes e Utentes.....	35

16.4 – Outras Contas a Receber	35
16.5 – Diferimentos	36
16.6 – Outros Ativos Financeiros	37
16.7 – Caixa e Depósitos Bancários	37
16.8 – Fundos Patrimoniais	38
16.9 – Fornecedores	38
16.10 – Estado e Outros Entes Públicos	39
16.11 – Outras Contas a Pagar.....	39
16.12 – Outros Passivos Financeiros	40
16.13 – Subsídios, doações e legados à exploração	40
16.14 – Fornecimentos e Serviços Externos	41
16.15 – Outros Rendimentos.....	41
16.16– Outros Gastos	42
16.17 – Resultados Financeiros	42
ANEXOS.....	44
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	45
ATA CONSELHO FISCAL	46

ÍNDICE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde.....	12
Figura 2 - Matriz de Gastos.....	13
Figura 3 - Prestação de Serviços	15
Figura 4 - Resultado Líquido do Exercício.....	15
Figura 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2024	29
Figura 6 - Ativos Fixos Tangíveis 2025	29
Figura 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2024.....	30
Figura 8 - Ativos Fixos Intangíveis 2025.....	30
Figura 9 – Inventários	31
Figura 10 – Réditos	31
Figura 11 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas	33
Figura 12 - Benefícios dos Empregados.....	33
Figura 13 - Trabalhos para a Própria Entidade	34
Figura 14 - Investimentos Financeiros.....	35
Figura 15 - Clientes e Utentes	35
Figura 16 - Outras Contas a Receber	36
Figura 17 - Diferimentos.....	37
Figura 18 - Outros Ativos Financeiros.....	37
Figura 19 - Outros Ativos Financeiros - Fundo Compensação.....	37
Figura 20 - Caixa e Depósitos Bancários.....	38
Figura 21 - Fundos Patrimoniais	38
Figura 22 – Fornecedores	39
Figura 23 - Estado e Outros Entes Públicos	39
Figura 24 - Outras Contas a Pagar	40
Figura 25 - Subsídios, doações e legados à exploração.....	40
Figura 26 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	41
Figura 27 - Outros Rendimentos	41
Figura 28 - Outros Gastos	42
Figura 29 - Resultados Financeiros.....	42



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2025

1 – Introdução

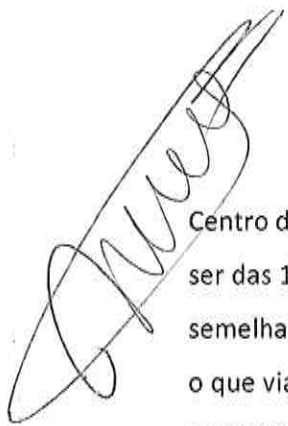
Dando cumprimento ao estabelecido nos estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS (FAAD), procede-se à elaboração e apresentação das contas e relatório de atividades do exercício findo a 31 de dezembro de 2025. O documento apresentado agrega uma panóplia de informação importante para um melhor entendimento do que tem vindo a ser a atividade da FAAD no decorrer dos últimos anos, com especial enfoque no ano transato.

2 – A Instituição no meio envolvente

A FAAD integra o tecido social da região da Beira Serra e, como instituição atenta ao que a rodeia, tem impacto na vida hodierna da população e é por ela moldada, procurando potenciar o bem-estar em múltiplas dimensões. Assim analisado, há que mencionar que a prossecução dos objetivos enunciados nos seus estatutos provoca externalidades positivas, pois atingiu uma dimensão enquanto empregador que, concomitantemente, fomenta a retenção de pessoas em territórios de baixa densidade, com todas as vantagens que daí advêm, aqui se incluindo económicas.

Esboçada há muito uma estratégia de crescimento orgânico, exigida pelo colmatar de múltiplas necessidades que se nos apresentam e salutar para a própria sustentabilidade para poder prover por elas, não no curto prazo mas numa perspetiva de médio/longo prazo, como se pretende em todo o terceiro setor, o ano de 2025 é disso paradigma.

Infelizmente, os empecilhos à concretização são muitos e variados, encontrando no próprio Estado a principal dificuldade, de algum modo em continuidade do ano transato como referimos no anterior relatório. A indefinição da relação do Ministério da Saúde com as entidades do setor social manteve-se pelo que não foi possível firmar novo protocolo que viesse manter a relação que os sucessivos acordos com a entretanto extinta ARS Centro cimentaram nas últimas 3 décadas. Com a indicação de que essa incumbência passaria para as Unidades Locais de Saúde, foram encetados contactos com a de Coimbra e a Viseu Dão Lafões e esboçadas as linhas orientadoras que, contudo, não se concretizaram. No caso de Coimbra, chegou a estar agendada data para a sua assinatura e foi no próprio dia que foi desmarcada por, ao que nos foi referido, por instruções da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde. Portanto, desde junho de 2024 que se mantém a falta de referência para as consultas de especialidade e atividade cirúrgica, componente importante da atividade hospitalar que havia mantido o Hospital da FAAD como referência nesta região. Destarte, a ULS Coimbra solicitou a cooperação no âmbito do



Centro de Atendimento Clínico, vulgo urgência, até com o alargamento do horário que passou a ser das 18 às 8 horas do dia seguinte nos dias úteis e 24 horas nos restantes e contratualizou, à semelhança do que já existia com a ULS Viseu Dão Lafões, a utilização de camas de retaguarda, o que viabilizou a manutenção integral do serviço de internamento, que foi utilizado a par com o programa SIGIC e algumas cirurgias particulares e ao abrigo de acordos com subsistemas. Da negociação com a ULS Coimbra resultou ainda a autorização para resolver a lista de espera cirúrgica que ainda subsistia no final de junho de 2024, tendo aceite uma redução de 10% do valor a faturar como condição para poder ser definitivamente úteis aos utentes que aguardaram e não aceitaram os vales cirurgia que entretanto haviam recebido.

Também na ACSS não obtivemos desenvolvimentos à reclamação quanto ao valor que peticionamos como dívida na execução do protocolo terminado em 2024, a que acresce ter de receber o valor entretanto faturado pelos hospitais que cativaram os vales cirurgia dos doentes que aqui não podiam ser operados por falta de verba. A muita insistência junto daquele organismo e da Secretaria de Estado de Gestão da Saúde resultou numa resposta em que o valor indicado para nos ser pago está a 1/3 do valor apurado, sem que uma justificação formal nos fosse adiantada mas que, ao telefone, nos indicam ser por falta da ARS Centro assumir que nos solicitou a resolução da lista de espera cirúrgica que existia em outubro de 2023. Não havendo uma resolução em concreto, não consta das demonstrações financeiras uma antecipação de rendimento. Não está reconhecido este direito a receber no balanço, no entanto divulgamos um ativo contingente na nota 9 do anexo.

Esta dificuldade de relacionamento foi explanada à CNIS juntamente com duas outras entidades do setor social, Fundação ADFP de Miranda do Corvo e Fundação Nossa Senhora da Guia do Avelar, procurando que aquela entidade congregue os interesses das IPSS's que desenvolvem atividade hospitalar. Essa abordagem, concretizada em duas reuniões de trabalho com a cúpula diretiva da CNIS que aferiu a complexidade da temática e despertou a vontade de acompanhar o assunto junto do Ministério, tendo já abordado a Direção Executiva do SNS.

Junto da CNIS também foi explicado o diferendo que temos junto do ACT, em que se contestou a advertência daquele organismo para com a elaboração das escalas de enfermagem em moldes acordados com aquele grupo profissional. Essa divergência para com o preconizado no IRCT aplicável assenta na vontade expressa por estes profissionais de realizarem rotatividade de turnos em linha com o praticado nos hospitais do Estado.

Mas se falámos em crescimento orgânico, merece enfase os investimentos que se esboçaram com candidaturas apresentadas em anos anteriores e que, no relatório do ano transato, mereciam a nota quanto às dificuldades de implementar obra. Aprovadas que foram 4

candidaturas ao PRR para apoio ao investimento, o ano de 2025 fica marcado pelo lançamento dos concursos para a sua adjudicação, nomeadamente:

- 1) Aquisição de uma viatura de 9 lugares, de propulsão elétrica, adaptada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida (Aviso 12 de Mobilidade Verde Social), processo iniciado e concluído em 2025;
- 2) Transformação de sala de ATL em sala de creche, com a melhoria da eficiência energética de todo o edifício do infantário na sede (Aviso 9)
- 3) Aumento da resposta em Serviço de Apoio Domiciliário no Centro Comunitário da Lageosa, com a melhoria da eficiência energética do edifício (Aviso 11)
- 4) Criação na Quinta da Comenda da resposta de Habitação Colaborativa e Comunitária, para 60 utentes (aviso 10).

Se no que concerne às empreitadas do aviso 9 e 11 estão a decorrer com previsão de finalização em meados de 2025, não foi possível contratar a obra da Habitação Colaborativa em virtude de terem ficado desertos dois dos procedimentos por falta de interessados e num derradeiro terceiro foi adjudicada a proposta mas não foi estabelecido contrato com a empresa vencedora do concurso porque admitiu que era impossível realizar a obra terminando no prazo estabelecido, sendo que esse prazo tinha por limite a data imposta pela entidade gestora do PRR. Não obstante, o Conselho de Administração considera uma resposta social a implementar, pelo que se pretende vir a candidatar a mesma a apoios que venham a ser disponibilizados, pois per si é um investimento que financeiramente não está ao alcance da instituição, que prioriza a obra do Hospital. Neste período não surgiu nenhuma hipótese de candidatura para melhorar o Hospital e a possibilidade de apoio pelo Fundo Ambiental ficou frustrada pela análise efetuada ao desempenho energético do edifício ter considerado que o mesmo já tinha um índice elevado devido à utilização de sistema de aquecimento com recurso a *pellets*, investimento há muito realizado com vantagens económicas evidentes.

Ao longo do ano foram adjudicadas e iniciaram as obras candidatas à Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, que terminarão em 2026, com a recuperação dos edifícios no centro da cidade, com o apoio financeiro do IHRU no âmbito também do PRR.

3 – Atividade

3.1 – Áreas de atividade

A atividade desenvolvida pela FAAD abrange diferentes e diversas áreas, pelo que é importante que neste ponto se proceda à explicação mais detalhada de cada uma das vertentes em que trabalhamos. Desta forma, tornar-se-á mais fácil compreender o que tem vindo a ser a “vida”

desta Instituição que nos seus longos anos de atividade já “serviu” um elevado número de utentes.

✓ Apoio à Terceira Idade

Na FAAD, no que respeita ao apoio à terceira idade, existem três respostas sociais das quais os utentes, em função das suas necessidades, podem usufruir. São elas: Estrutura Residencial para pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD). O número de utentes inscritos em cada uma destas respostas, ao longo do ano 2025, manteve-se dentro do padrão normal dos últimos anos, pelo que a atividade desenvolvida nesta área foi em tudo semelhante à do ano transato. Importa aqui referir que, desde alguns anos a esta parte, as respostas de SAD e CD dispõem de dois espaços físicos distintos, a sede em Oliveira do Hospital e um outro espaço sito na Lageosa e no caso de Oliveira do Hospital foi necessário sensibilizar a Segurança Social pela manutenção de acordo de Centro de Dia, que prevê uma capacidade de 20 utentes e que, no momento de relato, tem frequência de 8.

✓ Apoio à Infância

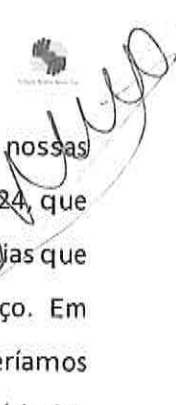
A oferta disponível, na FAAD, no âmbito da sua atividade de apoio à Infância, compreende três respostas sociais. São elas: Creche, Pré-Escolar (ambas, com atividades desenvolvidas na sede em Oliveira do Hospital e na Lageosa) e Centro de Atividades Tempos Livres (CATL). Relativamente ao número de utentes a frequentar cada uma destas respostas, na creche, a frequência manteve-se em tudo semelhante ao ano 2024. Por sua vez, tanto a resposta de Pré-Escolar como a de CATL sofreram uma variação de aproximadamente 10 utentes, tendo sido positiva na primeira e negativa na segunda. Quanto à resposta de Pré-Escolar, há cerca de 2 anos que se vinha a notar um crescimento da procura por este serviço, o que nos levou a realizar todos os procedimentos necessários para que nos fosse dada autorização (por parte da DGESTE) para a criação de uma nova sala no Centro Comunitário da Lageosa, o que felizmente se veio a concretizar no início no ano letivo 2025/2026. Este facto levou ao aumento do número de utentes a frequentar esta resposta social. Relativamente ao CATL, verificou-se um decréscimo, pois as famílias, muitas vezes por atravessarem situações financeiras mais complexas, optam pela oferta disponibilizada pelas entidades do setor público, sendo que essa questão foi acautelada com a transformação de uma sala de ATL em Creche, que após a intervenção com o apoio do aviso 9 do PRR irá ser licenciada para entrar em funcionamento previsivelmente em setembro próximo.

✓ Atividade Hospitalar

Sendo a atividade hospitalar desenvolvida na FAAD, bastante abrangente, importa que façamos referência a cada uma delas de forma individualizada. Assim, no que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, no decorrer do ano 2025 verificaram-se algumas variações, tendo ocorrido em algumas áreas variações positivas, noutras o inverso. As variações positivas, ocorreram essencialmente nos exames das áreas da radiologia, cardiologia, respiratórios, colonoscopia e medicina física e reabilitação. Por sua vez, nos exames endoscópicos, ecográficos, tomografia axial computadorizada, eletromiografia e doppler, verificou-se uma variação negativa mas não por falta de procura. Ao longo deste ano e um pouco à semelhança do que tem ocorrido nos últimos anos, tem-se verificado alguma dificuldade na contratação de clínicos para algumas especialidades. Podemos destacar a área da imagiologia (especificamente ecografias e TAC), em que tivemos a saída de alguns prestadores que se aposentaram e para os quais, até esta data, não foi possível encontrar substitutos. Este é um dos principais fatores que leva à existência de listas de espera para a realização deste tipo de exame, ficando em alguns dias da semana os aparelhos sem serem utilizados por falta de técnicos.

Relativamente à consulta externa das diferentes especialidades disponíveis na FAAD, este foi um ano menos favorável, tendo-se verificado um decréscimo global na ordem dos 18%. Esta diminuição prende-se essencialmente com o facto de não ter existido qualquer referência pela via CTH, do que resulta que todas as consultas realizadas foram em regime privado ou através dos diversos acordos que temos com os subsistemas de saúde e seguradoras. Daqui decorre a circunstância que limita um número considerável de utentes, uma vez que nem todos têm capacidade financeira para recorrer a consultas privadas, o que em muitas situações poderá levar ao agravamento da situação clínica.

Relativamente à consulta alargada (urgência), no ano 2025 verificaram-se mudanças que estão diretamente relacionadas com o decréscimo de aproximadamente 25% no número de consultas realizadas. Em janeiro este serviço foi convertido em Centro de Atendimento Clínico (CAC), tendo sido assinado Protocolo com a ULS Coimbra para o funcionamento do mesmo. Assim, passou a ser requisito obrigatório para o acesso ao CAC o encaminhamento através da Linha de Saúde 24. Nos primeiros meses de funcionamento, muitos foram os utentes que se dirigiram ao nosso serviço dando indicação de que ligaram para a Saúde 24 e não conseguiram o encaminhamento para a FAAD, pelo que, para estes utentes, fomos abrindo exceções, efetuando o seu atendimento como anteriormente era feito, pois parecia-nos impropriedade



deixar os utentes sem atendimento médico. Ao mesmo tempo, eram quase diárias as nossas comunicações com a ULS a dar conta dos constrangimentos no acesso ao CAC via Saúde 24, que diariamente nos eram reportados pelos utentes, tentando desta forma promover diligências que levassem à minimização das dificuldades de todos os que procuram o nosso serviço. Em novembro de 2025 obtivemos informação por parte da ULS Coimbra que não poderíamos continuar a fazer qualquer atendimento que não fosse efetivamente encaminhado via Saúde 24, mesmo que o utente nos diga que ligou e não conseguiu o referido encaminhamento. Assim sendo, a partir desta data passamos de forma efetiva a efetuar apenas o atendimento de utentes cujo encaminhamento seja efetuado pela linha de apoio, o que veio reduzir de forma acentuada o número de atendimentos. Transmitindo-nos os utentes e que pudemos comprovar que, por vezes, continuam a encontrar constrangimentos no acesso à Linha de Saúde 24 e/ou ao encaminhamento para o nosso CAC. De forma a minimizar estas dificuldades no acesso a consulta, disponibilizamos também, neste serviço, a consulta de clínica geral em regime privado e/ou ao abrigo dos subsistemas de saúde e seguradoras com as quais temos acordo estabelecido, para os utentes que assim o desejarem. Nestes meses de funcionamento exclusivamente com atendimentos via Saúde 24, temos vindo a verificar que há um número ainda significativo de utentes que optam por recorrer à consulta privada, em detrimento de ligarem para a Linha de Apoio, muitas vezes pela dificuldade que encontram em todo esse processo.

Há semelhança do que se tem vindo a verificar nos últimos anos, a atividade cirúrgica esteve, uma vez mais, comprometida pela não celebração do protocolo de cooperação com SNS, o que levou ao decréscimo da atividade cirúrgica. No decorrer do ano 2025, foram realizadas um total de 515 intervenções cirúrgicas, o que se traduziu numa redução de aproximadamente 11%, quando comparado com o período homólogo. Do total de intervenções realizadas, cerca de 20% foram realizadas ao abrigo do protocolo com o SNS, 31% ao abrigo do Programa SIGIC, 38% em regime particular e as restantes ao abrigo dos diversos subsistemas de saúde e/ou seguradoras (ADSE, ADM, GNR, Multicare,...).

A redução no número de cirurgias realizadas pelo SNS resultou diretamente do facto de não ter sido possível estabelecer o protocolo de cooperação com o SNS, uma vez que é através deste que há a possibilidade de referenciação para consulta de especialidade (via CTH) e após esta consulta que se procede ao encaminhamento para cirurgia (nos casos em que a situação clínica o justifique). Ainda assim, a prerrogativa autorizada pela ULS Coimbra de atender a totalidade de utentes que haviam ficado em espera após o esgotar do plafond do protocolo anterior, ainda que com a redução da verba em 10% a que anuímos, foi importante para resolver o problema

dos utentes que não haviam encontrado resposta conveniente. Por outro lado, tanto o número de intervenções realizadas ao abrigo do Programa SIGIC como as realizadas em regime particular apresentaram um aumento na ordem dos 10% e 37%, respetivamente. Este aumento leva-nos a crer que os tempos médios de resposta garantida nos hospitais de origem não estão a ser cumpridos, havendo a emissão de mais vales cirurgia através dos quais os utentes são encaminhados por essa via para entidades da área social e /ou privados. Não será de ignorar que a falta da referenciação para o Hospital da FAAD encaminha para os hospitais públicos e que estes não são a solução, o que só reforça a nossa convicção da mais-valia do protocolo em falta desde a extinção da ARS Centro. Estes números indicam-nos também que os utentes, cada vez mais, se vêm forçados a recorrer às suas poupanças para a realização de cirurgias imprescindíveis à sua saúde e manutenção/melhoria da qualidade de vida.

Nº Cirurgias por Sistema de Saúde

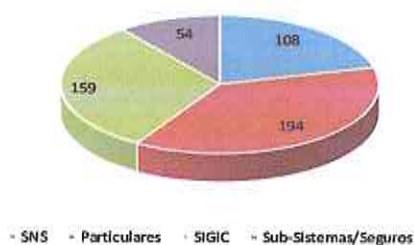


Figura 1 - Número de Cirurgias por Sistema de Saúde

3.2 – Matriz de Gastos da Atividade

Toda a atividade desenvolvida pela FAAD, tem inerente um conjunto de gastos fixos e variáveis, cuja análise é de especial importância, a fim de verificar a evolução dos mesmos em função da atividade. Assim, de seguida apresenta-se uma tabela através da qual é possível proceder a esse estudo.

	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%	Valor €	%
Total Proveitos	6 570 409,86 €	100,0%	7 245 396,20 €	100,0%	7 913 275,71 €	100,0%	8 665 036,79 €	100,0%	8 569 846,86 €	100,0%	8 018 715,38 €	100,0%
Gastos Pessoal	3 092 078,07 €	47,1%	3 505 818,23 €	48,4%	3 587 277,42 €	45,3%	3 774 749,21 €	43,6%	4 324 593,67 €	50,6%	4 819 369,62 €	53,3%
Honorários	1 315 781,25 €	20,0%	1 567 596,95 €	21,6%	1 859 936,67 €	23,5%	1 899 187,12 €	21,9%	1 769 837,49 €	20,7%	1 663 524,29 €	18,5%
Eleticidade	55 488,91 €	0,8%	57 484,27 €	0,8%	35 220,55 €	0,4%	27 487,95 €	0,3%	64 193,55 €	0,7%	66 095,48 €	0,7%
Combustíveis - Veículos	12 584,90 €	0,2%	15 797,55 €	0,2%	24 073,39 €	0,3%	15 537,59 €	0,2%	13 158,16 €	0,2%	9 515,01 €	0,1%
Gás/Pellets	65 302,44 €	1,0%	61 741,78 €	0,9%	105 035,52 €	1,3%	106 958,47 €	1,2%	93 483,80 €	1,1%	82 130,34 €	0,9%
Água	9 509,07 €	0,1%	11 026,42 €	0,2%	22 581,27 €	0,3%	26 907,13 €	0,3%	23 987,16 €	0,3%	23 605,47 €	0,3%
Manut./Conserv./Serv. Esp	169 872,80 €	2,6%	130 091,43 €	1,8%	195 212,09 €	2,5%	160 147,10 €	1,8%	216 454,41 €	2,5%	198 712,79 €	2,2%
CMVMC	1 142 156,09 €	17,4%	1 131 146,32 €	15,6%	1 268 691,22 €	16,0%	1 349 655,92 €	15,6%	1 365 065,50 €	15,9%	1 254 193,62 €	13,9%
Outros	707 636,33 €	10,8%	764 693,25 €	10,6%	815 247,58 €	10,3%	1 304 406,30 €	15,1%	699 073,12 €	8,2%	913 157,76 €	10,1%
Cash-Flow	437 888,76 €		564 429,46 €		630 309,18 €		1 185 679,27 €		563 146,61 €		724 689,66 €	
Cash-Flow/Proveitos	6,665%		7,790%		7,965%		13,683%		6,571%		8,020%	

Figura 2 - Matriz de Gastos

Analisando os dados inscritos na tabela apresentada, verifica-se que ocorreu um crescimento do total de proveitos na ordem dos 465.000,00€. Deste total de proveitos, a maior percentagem é canalizada para gastos com pessoal (53,3%), seguindo-se a rubrica de honorários (18,5%), custo das mercadorias vendidas (13,9%) e outros (10,1%). As restantes rubricas consomem, do total de proveitos, percentagens inferiores a 5%.

4 – Investimentos

4.1 – Investimentos Realizados em 2025

Todos nós conhecemos a premissa de que “Não há Crescimento sem Investimento”, até porque parte do património ao uso está datado no tempo e precisa de constante manutenção e atualização. Sendo a FAAD uma Instituição que pretende evoluir e crescer na sua atividade, há a necessidade de realizar investimentos que se mostram essenciais para que tal se verifique. Este tem vindo a ser, ao longo dos anos, um dos nossos princípios, não tendo o ano 2025 sido exceção. De seguida, passamos a elencar os investimentos realizados ao longo do ano.

✓ Equipamento Hospitalar

Sendo esta uma área na qual a rápida evolução tecnológica tem um impacto bastante significativo, todos os anos há a necessidade de efetuar um ou outro investimento. Este foi um ano em que nesta área o investimento realizado foi menor, até tendo em conta a incerteza no que respeita à celebração do protocolo com a ULS Coimbra. Assim, foram sendo adquiridos pequenos equipamentos que levam à melhoria dos serviços prestados, num total de 5.843,54€.

✓ Equipamento de Transporte

Este tipo de equipamento é imprescindível para a prossecução de algumas das áreas de atividade da FAAD, pelo que é necessário que tenhamos viaturas adequadas às necessidades. Sendo os transportes dos utentes de Centro de Dia efetuados diariamente, e apresentando uma das nossas viaturas sinais de grande desgaste, surgiu a oportunidade de efetuar candidatura ao Aviso 12 do PRR, com um financiamento de 40.000,00€. Procedemos então à candidatura para uma carrinha de 9 lugares, com capacidade para transporte de pessoas com mobilidade reduzida. O valor total deste investimento foi de 51.918,67€ e a viatura entrou em funcionamento no mês de dezembro de 2025.

✓ Equipamento Informático e Administrativo

A área informática é também uma das que mais é afetada pela rápida evolução científica e tecnológica, pelo que vai sendo necessário renovar *hardware* e *software*. No ano 2025 foi realizado um investimento total de 27.095,93€, dos quais 18.221,55€ foram em *software*, que veio ajudar na melhoria da performance dos nossos programas informáticos.

✓ Equipamento de Cozinha

Tendo em conta a recente remodelação da cozinha, no ano 2025, não houve ainda a necessidade de efetuar grandes investimentos nesta área. Foram sendo adquiridos pequenos equipamentos que se encontravam danificados. O total dos investimentos nesta área totaliza 2.596,97€.

✓ Equipamento de Diverso

No decorrer do ano, foi sendo necessário efetuar outros pequenos investimentos em diferentes setores da Instituição, num total de 4.271,08€.

✓ Equipamento Didático

A necessidade de aquisição deste tipo de equipamento resultou da abertura de uma nova sala de Pré-Escolar no Centro Comunitário da Lageosa. O investimento total foi de 4.302,94€.

✓ Melhoria em Edifícios

Este investimento corresponde à colocação de portas corta-fogo no edifício da ERPI. Sendo as portas existentes as iniciais desta estrutura, estavam já a apresentar alguns problemas, pelo que houve a necessidade de proceder à sua substituição. O valor global deste investimento foi de 10.971,60€.

✓ Investimentos em Curso

Nesta rubrica, encontram-se registadas despesas referentes a obras que se encontram a decorrer, para as quais haverá apoio do PRR. A 31-12-2025 encontrava-se registado nesta rubrica o valor total de 212.419,14€, dos quais 108.044,78€ correspondem a saldos transitados de anos anteriores.

5 – Produção

Apesar dos diversos constrangimentos vividos no decorrer do ano 2025, que levou a que a atividade de consulta via CTH e consequentemente a atividade cirúrgica se encontra-se bastante reduzida, o valor das prestações de serviços apresenta um incremento na ordem dos 270.000,00€, assente num crescimento em volume e não tanto em preço.



Figura 3 - Prestação de Serviços

O aumento do valor das prestações de serviços, teve um impacto direto no desempenho económico da Instituição, refletindo-se o mesmo no resultado líquido apresentado.



Figura 4 - Resultado Líquido do Exercício

6 – Recursos Humanos

No ano 2025, o montante despendido em gastos com pessoal foi de 4.820.235,31€. Sendo esta uma das rubricas de gastos que apresenta um valor mais elevado, importa efetuar uma análise mais detalhada. Assim, analisando este valor de forma comparativa com o período homólogo, verifica-se um aumento de aproximadamente 11,46%. Este aumento resulta, em parte, da atualização das tabelas salariais em vigor. A par desta atualização decidiu, o Conselho de Administração, proceder também à atualização salarial dos funcionários cujo vencimento era já superior ao previsto na tabela para a respetiva categoria, tendo esta sido realizada na mesma proporção percentual da aplicada nas tabelas. Houve também a necessidade de reforçar o quadro de pessoal, como se pode verificar na tabela apresentada de seguida.

dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	dez/24	dez/25
212	203	193	205	212	211	211	220

A tabela supra apresentada, refere-se apenas ao número de trabalhadores da FAAD no quadro de pessoal efetivo. Além destes a FAAD tem colaboradores em regime de prestação de serviço, avenças e outros, o que faz com que o total global de colaboradores seja bastante superior do apresentado na tabela acima.

7 – Processos judiciais em decisão

Em 2019 foram iniciados processos de contencioso, com o patrocínio do escritório de advogados Veiga & Moura e Associados, contra a ARS Centro, a propósito da faturação de processos SIGIC, por alegadamente estar irregularmente inscrito um médico das equipas cirúrgicas. Ambos foram favoráveis à FAAD em primeira instância e aos quais a ARS Centro interpôs recurso. Existem portanto dois processos judiciais ativos, aguardando decisão do tribunal de 2.ª instância:

1. Processo n.º 578/20.2BECBR;
2. Processo n.º 523/19.8BECBR.

8 – Perspetiva para o futuro

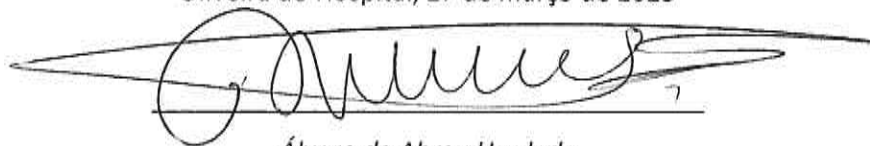
No ano de 2026 termina o mandato o atual Conselho de Administração, cuja nomeação do Presidente está a aguardar de decisão da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Nesse sentido, o planeamento do futuro deve ser encarado com essa perspetiva, sem descurar que existem processos em curso que merecem a atenção e o empenho da nova equipa para que sejam consentâneos com os recursos já aplicados, as verbas aprovadas em termos de apoios e à colocação dos seus frutos para uso da população.

Ainda assim não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com a falta de entendimento com os organismos do Ministério da Saúde para a definição de um documento regulador que enquadre a atividade do Hospital tal como foi pensado em 1989 aquando da devolução do equipamento à FAAD, pois daí depende o poder planear em concreto o seu futuro e, pelo seu peso e importância, o futuro da própria instituição.

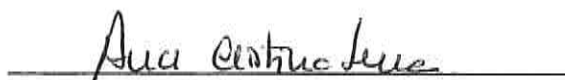
9 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho Executivo propõe ao Conselho de Administração, no âmbito da aprovação deste relatório e contas, que o resultado líquido positivo do exercício de 2025 no valor de 495.314,57€ seja incorporado em capitais próprios, por via da sua transferência para a conta de resultados transitados.

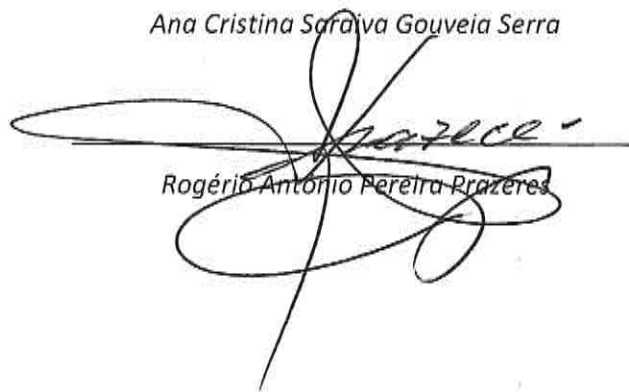
Oliveira do Hospital, 27 de março de 2025



Álvaro de Abreu Herdade



Ana Cristina Saraiva Gouveia Serra



Rogério António Pereira Prazeres

BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/dez/25	31/dez/24
ATIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3 573 645,65	3 597 535,73
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	10 112,72	4 222,64
Investimentos financeiros	16.1	6 078,20	46 342,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 589 836,57	3 648 100,60
Activo corrente			
Inventários	7	163 540,59	125 675,44
Créditos a Receber	16.3 e 16.4	2 798 110,78	2 908 252,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	16.10	10 690,88	7 809,16
Diferimentos	16.5	9 112,84	4 149,84
Outros Ativos Financeiros	16.6	31 214,61	0,00
Caixa e Depósitos Bancários	16.7	5 741 003,18	4 778 480,52
		8 753 672,88	7 824 367,72
Total do ativo		12 343 509,45	11 472 468,32
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.8	1 591 388,23	1 591 388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	16.8	6 464 206,90	6 108 196,95
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	16.8	2 483 474,13	2 238 954,55
		10 539 069,26	9 938 539,73
Resultado líquido do período		495 314,57	356 009,95
Total dos fundos patrimoniais		11 034 383,83	10 294 549,68
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	9	101 684,04	101 684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		10 684,04	101 684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	16.9	426 728,03	368 466,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	16.10	110 925,82	110 314,66
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Outros Passivos Correntes	16.11	669 787,73	597 453,03
Diferimentos		0,00	0,00
		1 207 441,58	1 076 234,60
Total do passivo		1 309 125,62	1 177 918,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12 343 509,45	11 472 468,32

O Conselho Executivo

O Responsável

Aua Cristina

CE 13364

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS

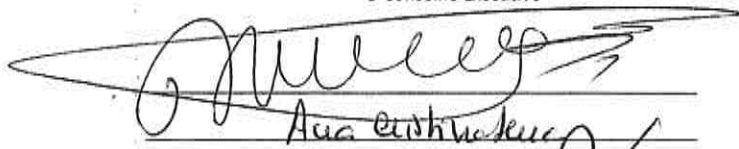
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO 2025

Contribuinte: 400745621

Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/dez/25	31/dez/24
Prestações de serviços	8	8 134 567,47	7 866 461,43
Subsídios, doações e legados à exploração	16.13	332 825,51	227 955,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	14	235 954,34	177 311,38
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	1 254 193,62	1 365 065,50
Fornecimentos e serviços externos	16.14	2 203 975,35	2 303 945,37
Gastos com o pessoal	12	4 819 359,62	4 324 593,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	16.15	207 616,99	155 544,37
Outros gastos e perdas	16.15	31 691,19	10 555,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		601 744,53	423 112,76
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	229 375,09	207 136,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		372 369,44	215 976,10
Juros e rendimentos similares obtidos	16.17	125 530,07	142 573,83
Juros e gastos similares suportados	16.17	2 584,94	2 539,98
Resultados antes de impostos		495 314,57	356 009,95
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		495 314,57	356 009,95

O Conselho Executivo


 Ana Cristina Leal


O Responsável


 0e13364

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2025

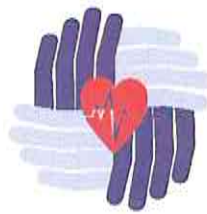
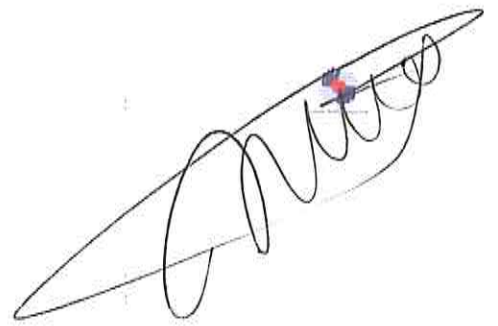
NIPC: 500 746 621
Moeda: Valores em Euros

RÚBRICAS	DATAS	
	2025	2025
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	8 350 509,97	8 446 965,47
Pagamentos de subsídios à Exploração	332 825,51	227 955,85
Pagamentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	19 641,39	19 883,74
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamento a Fornecedores	3 682 711,68	4 235 993,50
Pagamentos ao Pessoal	3 044 137,91	2 740 170,88
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>1 976 127,28</i>	<i>1 718 640,68</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-1 461 788,59	-1 320 016,71
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	<i>514 338,69</i>	<i>398 623,97</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	88 779,18	124 255,59
Ativos intangíveis	18 221,55	3 319,77
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	83 464,14	82 774,02
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	300 300,00	100 366,40
Juros e rendimentos similares	125 530,07	92 601,35
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	<i>402 293,48</i>	<i>148 166,41</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	48 475,43	24 230,48
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2 584,94	2 539,98
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	<i>45 890,49</i>	<i>21 690,50</i>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	962 522,66	568 480,88
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 778 480,52	4 209 993,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 741 003,18	4 778 480,52

O Conselho Executivo

O Responsável

CC 13364



Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS

**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2025**

1 - Identificação da entidade

A “Fundação Aurélio Amaro Diniz” é uma Fundação de Solidariedade Social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua António Mendes Monteiro, Quinta da Comenda, 3400-083 Oliveira do Hospital, criada em cumprimento da disposição testamentária de Benemérito Aurélio Amaro Diniz, falecido em 20 de Maio de 1943.

Rege-se pela legislação que lhe seja aplicável e por Estatutos, que na sua versão mais recente (por via da adaptação à Lei-Quadro das Fundações conjugada com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social) foram aprovados em julho de 2020 e que têm por base a vontade do benemérito, espelhada nos aprovados por Alvará do Governo Civil de Coimbra número 45, de 12 de Junho de 1945.

A FAAD tem por objetivo contribuir para a promoção da população do Concelho de Oliveira do Hospital e de toda a região, em especial da Freguesia da Lageosa, terra da Naturalidade do Fundador, através do propósito de dar expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado PELO Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Base para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 – Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.3 - Compreensibilidade

A informação das Demonstrações Financeiras deve ser de fácil compreensão para os Utentes. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 - Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 – Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua

apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 – Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 – Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 – Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 – Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 – Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 – Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 – Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 – Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.3 – Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou

produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário ou pelo valor atribuído pela companhia de seguros.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente, revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídas “as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) ”.

3.2.4 – Bens do Património Histórico e Cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.5 – Investimentos Financeiros

A FAAD é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo pelo valor de aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.6 – Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor do custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.7 – Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

- Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

- Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

- Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

- Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo (depósitos a prazo de capital garantido) que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 – Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.9 - Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de preteritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um *exfluxo* que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir *exfluxo* englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo, tal como sucede no presente relatório.

3.2.10 – Financiamentos Obtidos

- Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços, especialmente com a operacionalidade de TPA's.

- Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

A FAAD encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227). O atual estatuto de IPSS confere a isenção automática deste imposto.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	5 255 735,84 €	- €	- €	- €	- €	5 255 735,84 €
Equipamento básico	2 249 803,56 €	39 719,34 €	- €	- €	- €	2 289 522,90 €
Equipamento de transporte	252 746,63 €	35 378,00 €	2 750,00 €	- €	- €	285 374,63 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	463 390,43 €	5 117,09 €	- €	- €	- €	468 507,52 €
Outros Activos fixos tangíveis	28 038,13 €	719,96 €	- €	- €	- €	28 758,09 €
Investimentos em Curso	64 723,58 €	43 321,20 €	- €	- €	- €	108 044,78 €
Total	9 619 182,41 €	124 255,59 €	- 2 750,00 €	- €	- €	9 740 688,00 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	3 108 545,93 €	116 500,66 €	- €	- €	- €	3 225 046,59 €
Equipamento básico	2 137 907,45 €	53 672,82 €	- €	- €	- €	2 191 580,27 €
Equipamento de transporte	218 563,33 €	25 936,14 €	2 750,00 €	- €	- €	241 749,47 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	456 977,63 €	3 476,65 €	- €	- €	- €	460 454,28 €
Outros Activos fixos tangíveis	22 486,55 €	1 835,11 €	- €	- €	- €	24 321,66 €
Total	5 944 480,89 €	201 421,38 €	- 2 750,00 €	- €	- €	6 143 152,27 €

Figura 5 - Ativos Fixos Tangíveis 2024

2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições /	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	5 255 735,84 €	10 971,60 €	- €	- €	- €	5 266 707,44 €
Equipamento básico	2 289 522,90 €	16 464,58 €	7 274,26 €	- €	- €	2 298 713,22 €
Equipamento de transporte	285 374,63 €	51 918,67 €	14 579,56 €	- €	- €	322 713,74 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	468 507,52 €	8 874,38 €	- €	- €	- €	477 381,90 €
Outros Activos fixos tangíveis	28 758,09 €	549,95 €	- €	- €	- €	29 308,04 €
Investimentos em Curso	108 044,78 €	112 639,48 €	- €	8 265,12 €	- €	212 419,14 €
Total	9 740 688,00 €	201 418,66 €	- 21 853,82 €	- 8 265,12 €	- €	9 911 987,72 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	3 225 046,59 €	116 774,95 €	- €	- €	- €	3 341 821,54 €
Equipamento básico	2 191 580,27 €	55 102,29 €	7 274,26 €	- €	- €	2 239 408,30 €
Equipamento de transporte	241 749,47 €	38 915,83 €	14 579,56 €	- €	- €	266 085,74 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	460 454,28 €	4 585,45 €	- €	- €	- €	465 039,73 €
Outros Activos fixos tangíveis	24 321,66 €	1 665,10 €	- €	- €	- €	25 986,76 €
Total	6 143 152,27 €	217 043,62 €	- 21 853,82 €	- €	- €	6 338 342,07 €

Figura 6 - Ativos Fixos Tangíveis 2025

5 – Ativos Intangíveis

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	103 836,85 €	3 319,77 €	- €	- €	- €	107 156,62 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	103 836,85 €	3 319,77 €	- €	- €	- €	107 156,62 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	97 218,70 €	5 715,28 €	- €	- €	- €	102 933,98 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	97 218,70 €	5 715,28 €	- €	- €	- €	102 933,98 €

Figura 7 - Ativos Fixos Intangíveis 2024

2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	107 156,62 €	18 221,55 €	- €	- €	- €	125 378,17 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	107 156,62 €	18 221,55 €	- €	- €	- €	125 378,17 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	102 933,98 €	12 331,47 €	- €	- €	- €	115 265,45 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	102 933,98 €	12 331,47 €	- €	- €	- €	115 265,45 €

Figura 8 - Ativos Fixos Intangíveis 2025

6 – Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários, por inexistência de financiamento bancário.

7 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	120 439,03 €	1 370 301,91 €	- €	125 675,44 €	1 292 385,14 €	- €	163 540,59 €	
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	120 439,03 €	1 370 301,91 €	- €	125 675,44 €	1 292 385,14 €	- €	163 540,59 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 365 065,50 €	- €	- €	1 254 519,99 €	
Variações nos Inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Figura 9 – Inventários

8 – Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	31 941,98 €	36 902,34 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	878 459,36 €	872 635,45 €
Comparticipações de Entidades Públicas - ISS, IP	1 603 816,04 €	1 289 580,43 €
Promoções para captação de recursos	5 620 350,09 €	5 667 343,21 €
Total	8 134 567,47 €	7 866 461,43 €

Figura 10 – Réditos

9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

• Provisões

Mantém-se a provisão constituída em 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da “Casa Sarah-Beirão” em Travanca de lags.

• Passivos contingentes

Não se aplica.

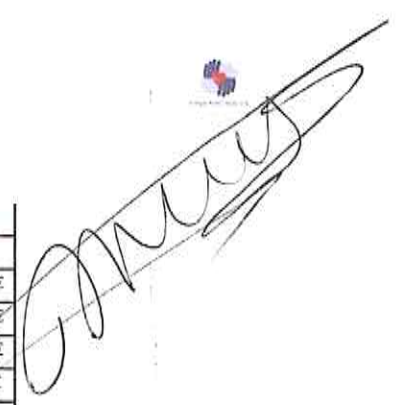
- Ativos contingentes

A 29 de outubro a ACSS comunicou, por ofício, terem conferido os relatórios enviados pela FAAD quanto aos encargos relativos à execução do Acordo de Cooperação celebrado entre a FAAD e a ARS Centro, IP e confirmou que foi ultrapassado o limite da despesa prevista da RCM n.º 189/2021 para os anos de 2022 a 2024. Refere que a ACSS promoveu pela autorização da despesa que deu lugar à RCM n.º 74/2025 e que validam a atividade assistencial do serviço de respostas a situações agudas/urgentes e que isso implicará nova RCM com o acréscimo de 93.152,30€. Do relatório pela ACSS produzido consegue perceber-se a sua aproximação aos valores peticionados pela FAAD, dando-os como válidos mas expurgam da RCM o valor correspondente à atividade cirúrgica, pelo que se enviou no imediato resposta a solicitar esclarecimentos da sua razão, o que até ao momento não obtivemos resposta mas em conversa tida ao telefone a Sr.ª Dr.ª Sandra Brás, vice-presidente do Conselho Diretivo, indica que a razão assenta na falta da ARS Centro assumir que foi a seu pedido que se procedeu ao agendamento de cirurgias em outubro de 2023, numa altura em que já não havia verba disponível para o fazer. Perante esta conversa, foram remetidas para esta dirigente, cópias das comunicações entre a FAAD e elementos da ARS Centro (que já haviam sido remetidos para aquele organismo), onde se evidencia termos cumprido com o que nos foi solicitado, ou seja, o registo efetivo da lista de espera cirúrgica e o procurar resolver parte dela até ao final do ano de 2023, com a promessa de uma verba extra para incluir essa despesa na execução de 2024 (que depois se não veio a concretizar com a passagem do acompanhamento do protocolo da ARS Centro para a ACSS). Assim, a FAAD não aceita a RCM no valor proposto, que está por defeito em cerca de 232 mil euros, a que deve ainda acrescer o valor para pagar ao Hospital da SCM de Anadia os doentes que aí cativaram vales cirurgia e que a ACSS entende ser despesa a assumir pela FAAD. A 2 de março, na falta de resposta da ACSS, enviámos e-mail para Sua Excelência o Secretário de Estado de Gestão da Saúde a solicitar informações, que foi respondido a 26 de março pela sua Chefe de Gabinete, com indicação de que é a ACSS a entidade responsável e que está a promover a instrução processual junto dos Ministérios da Saúde e das Finanças para o encerramento financeiro, sem esclarecer qual o valor a considerar.

A expectativa da FAAD é vir a receber o valor integral, na ordem dos 325.000,00€, pelo que intentará judicialmente a ação se tal não vier a ser contemplado na nova RCM.

10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:



Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	107 662,76 €	98 601,73 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	152 813,50 €	48 482,95 €
Autarquias	8 437,50 €	32 846,37 €
POPH	- €	- €
IFAP/QREN Pro Centro	- €	- €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	- €
Apoios do Governo		
Total	268 913,76 €	179 931,05 €

Figura 11 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

11 – Instrumentos Financeiros

Não se aplica.

12 – Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos manteve-se tal como no ano transato, sendo o Conselho de Administração constituído por 7 elementos, 3 dos quais executivos (Conselho Executivo) e os restantes não executivos. Mantém-se a inexistência de qualquer vínculo como entidade patronal e as funções são desempenhadas sem qualquer remuneração.

O número médio de funcionários com vínculo contratual na FAAD a 31/12/2024 era de 211, sendo de 220 no final de 2025.

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	3 885 301,59 €	3 523 860,01 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre as Remunerações	862 493,45 €	729 596,03 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	34 834,86 €	28 596,57 €
Gastos de Acção Social	1 967,85 €	2 860,05 €
Outros Gastos com o Pessoal	34 761,87 €	39 681,01 €
Total	4 819 359,62 €	4 324 593,67 €

Figura 12 - Benefícios dos Empregados

13 – Acontecimentos após a data de Balanço

Apesar de todos os constrangimentos inerentes a esta situação a FAAD adaptou-se, pelo que os factos observados no ano 2025, devidamente divulgados no relatório de gestão e

demonstrações financeiras, não tiveram impactos adicionais na atividade registada nos primeiros meses de 2026, exceto os já salientados nestes documentos.

14 – Trabalhos para a Própria Entidade

Esta rubrica encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Autoconsumos	1 023,34 €	384,38 €
Subsidio Alimentação	234 931,00 €	176 927,00 €
TOTAL	235 954,34 €	177 311,38 €

Figura 13 - Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam das seguintes situações:

- a) Exploração da quinta, que origina a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, que são valorizados ao preço de mercado atual;
- b) Imputação do valor referente ao subsídio de refeição, de acordo com o estabelecido no CCT, em virtude do mesmo ser pago em espécie.

15 – Divulgação exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

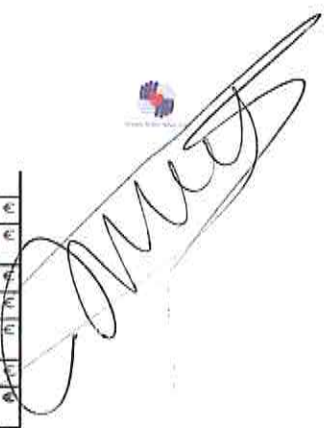
Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2025 foram de 8.400,00€ e respeitam exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

16 – Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:



Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	- €	40 264,03 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	6 078,20 €	46 342,23 €

Figura 14 - Investimentos Financeiros

A verba em “outros investimentos financeiros” passou a constar do ativo corrente, como melhor se explicará na nota 16.6 (Fundo de Compensação do Trabalho).

16.2 – Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, doadores, associados e membros

Não se aplica.

16.3 – Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 470 233,01 €	1 271 086,31 €
Utentes	19 748,43 €	26 511,04 €
Clientes e Utentes Títulos a Receber		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Total	1 489 981,44 €	1 297 597,35 €

Figura 15 - Clientes e Utentes

16.4 – Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:



Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	- €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	478 560,44 €	820 696,38 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	836 450,38 €	779 157,41 €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- 7 418,49 €
Total	1 307 592,33	1 592 435,30

Figura 16 - Outras Contas a Receber

Na rubrica “Devedores por Acréscimo de Rendimentos” encontra-se registado:

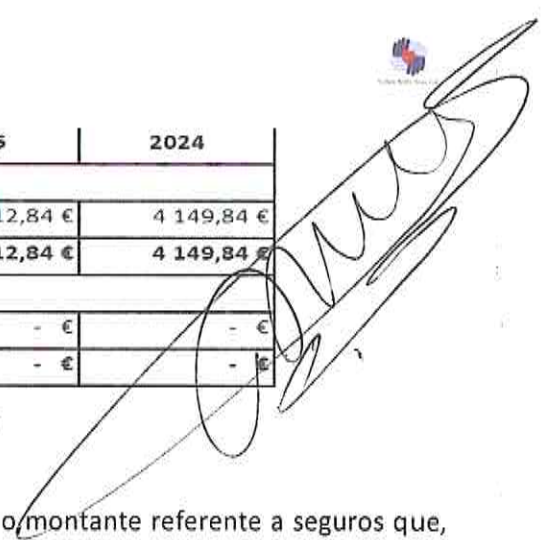
- o montante correspondente à atividade cirúrgica realizada ao abrigo do Programa SIGIC, cujos processos, por força do cumprimento da legislação não se encontravam ainda faturados à data do encerramento. Desta forma, procedeu-se ao apuramento de um valor estimado, tanto no que respeita ao rendimento (232.741,46€), como do gasto (55.239,47€) associado ao referido rendimento, que se encontra inscrito como acréscimo de gastos na rubrica outras contas a pagar, descrita no ponto 16.11;
- valor referente a um processo SIGIC de 2023, que se mantém pendente de validação (5.381,45€);
- montante correspondente a processos SIGIC de anos anteriores a 2023, que se encontram em reclamação judicial, estando a FAAD a aguardar resultado do recurso interposto pela ARS Centro, o qual contestámos (174.509,48€).
- valor referente a camas disponibilizadas e não utilizadas em 2025, ao abrigo do protocolo com a ULS Coimbra;
- estimativa de juros de depósitos a prazo constituídos em 2025, cujo vencimento ocorre em 2026.

Na rubrica “Outros Devedores”, encontra-se inscrito o seguinte:

- valor referente a contratos de apoio ao abrigo do programa Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT/PRR);
- montante referente ao reconhecimento de contratos ao abrigo do mobilidade verde (aviso 12) e PRR C03-i01 (Nova geração de equipamentos e repostas sociais) avisos 9 e 11.

16.5 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:



Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	9 112,84 €	4 149,84 €
Total	9 112,84 €	4 149,84 €
Rendimentos a Reconhecer		
Serviços a Prestar	- €	- €
Total	- €	- €

Figura 17 - Diferimentos

Encontra-se registado na rubrica “Gastos a Reconhecer” o montante referente a seguros que, tendo sido pagos em 2025, serão gastos de 2026.

16.6 – Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, as seguintes participações de capital.

Descrição	2025	2024
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Figura 18 - Outros Ativos Financeiros

As participações de capital encontram-se registadas ao método do custo.

Descrição	2025	2024
Outros Ativos Financeiros (Fundo Compensação)	31 214,61 €	- €
Total	31 214,61 €	- €

Figura 19 - Outros Ativos Financeiros - Fundo Compensação

O montante inscrito na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, registados no ativo corresponde ao montante pago para o Fundo de Compensação do Trabalho pago pela Instituição até ao ano 2023, deduzido dos reembolsos já solicitados, e para cujo saldo se irá solicitar até ao final do ano de 2026 a restituição nos termos da legislação em vigor.

16.7 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:




Descrição	2025	2024
Caixa	1 709,68 €	2 506,59 €
Depósitos à ordem	943 293,50 €	370 973,93 €
Depósitos a prazo	4 796 000,00 €	4 405 000,00 €
Outros	- €	- €
Total	5 741 003,18 €	4 778 480,52 €

Figura 20 - Caixa e Depósitos Bancários

Os depósitos a prazo, constituídos em bancos da praça, correspondem a aplicações de capital e rendimento garantido, tendo por base uma gestão de tesouraria eficiente e a procura da melhor rentabilidade aferida em cada momento de contratação.

16.8 – Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	6 108 196,95 €	356 009,95 €	- €	6 464 206,90 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 238 954,55 €	300 300,00 €	55 780,42 €	2 483 474,13 €
Total	9 938 539,73 €	656 309,95 €	55 780,42 €	10 539 069,26 €

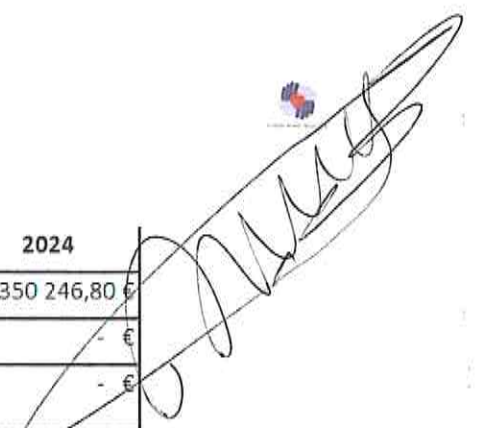
Figura 21 - Fundos Patrimoniais

As variações ocorridas na rubrica “Fundos Patrimoniais” resulta:

- Transferência do resultado líquido do ano 2024, no valor de 356.009,95€ para a conta de Resultados Transitados, de acordo com deliberação do Conselho de Administração;
- Diminuição, pela imputação de subsídios do proporcional anual referente a subsídios atribuídos à FAAD e doações. O montante referente à imputação de subsídios corresponde a 37.637,42€, sendo os restantes 18.143,00€ correspondentes a imputação de doações. Temos ainda dois subsídios que ainda se não iniciou o reconhecimento do rédito, por serem respeitantes a investimentos cujas empreitadas iniciaram em 2026 (aviso 9 e 11).
- Aumento pela imputação de novos subsídios atribuídos (Mobilidade Verde Social – Aviso 12 e PRR C03-i01 (Nova geração de equipamentos e repostas sociais) avisos 9 e 11).

16.9 – Fornecedores

O saldo de rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:



Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	426 191,02 €	350 246,80 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	426 191,02 €	350 246,80 €

Figura 22 – Fornecedores

16.10 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	10 690,88 €	7 809,16 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	10 690,88 €	7 809,16 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	23 891,05 €	22 883,38 €
Segurança Social	87 034,77 €	77 648,61 €
Outros Impostos e Taxas	- €	9 782,67 €
Total	110 925,82 €	110 314,66 €

Figura 23 - Estado e Outros Entes Públicos

Encontra-se registado na rubrica do ativo, o valor respeitante aos reembolsos de IVA pedidos (50% do valor do IVA suportado na aquisição de produtos alimentares para os utentes das respostas sociais, obras/manutenção de equipamentos e ativos fixos tangíveis), que à data de encerramento não tinham ainda sido reembolsados (10.690,88€). Ao longo do ano o valor dos reembolsos pedidos foi de 21.790,17€.

Na rubrica do passivo, encontravam-se registados os valores liquidados pela FAAD em 2025, a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais, cujo pagamento foi realizado, dentro dos prazos legais, em janeiro de 2026.

16.11 – Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” desdobra-se da seguinte forma:



Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	665 023,56 €	- €	596 729,97 €
Remunerações a pagar	- €	553 876,96 €	- €	499 224,26 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	111 146,60 €	- €	97 505,71 €
Perdas por imparidade	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	- €	- €	- €
Outros credores	- €	1 013,68 €	- €	723,06 €
Total	- €	666 037,24 €	- €	597 453,03 €

Figura 24 - Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica encontra-se registado:

- Remunerações aos funcionários, que sendo gasto de 2025, serão pagas em 2026;
- Estimativa de IMI a pagar em 2026, referente a 2025;
- Acréscimo de gastos associados à prestação e serviços médicos ao abrigo do programa SIGIC no valor de 102.710,59€, dos quais 55.239,47€ são referentes a processos de 2025, que à data de encerramento ainda não se encontravam faturados. O restante montante corresponde a processos de anos anteriores ainda por faturar, como explicado no ponto 16.4 e que já foram reconhecidos como acréscimos nos anos correspondentes.
- que por questões já explicadas anteriormente se encontram também por faturar.
- Acréscimo de gastos referente ao valor de eletricidade e água a apagar em 2026, cujo gasto é de 2025 (8.436,00€).

16.12 – Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

16.13 – Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	268 913,76 €	179 931,05 €
Subsídios de outras entidades	15 436,32 €	23 794,32 €
Doações e heranças	48 475,43 €	24 230,48 €
Quotizações Liga Amigos	- €	- €
Legados	- €	- €
Total	332 825,51 €	227 955,85 €

Figura 25 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” encontram-se divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12 do anexo.

16.14 – Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2025 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	149 721,37 €	166 570,35 €
Serviços especializados	1 784 701,77 €	1 898 081,24 €
Materiais	22 214,50 €	21 152,56 €
Energia e fluidos	145 617,97 €	143 541,79 €
Deslocações, estadas e transportes	46 941,03 €	20 811,00 €
Serviços diversos	54 778,71 €	53 788,43 €
Total	2 203 975,35 €	2 303 945,37 €

Figura 26 - Fornecimentos e Serviços Externos

16.15 – Outros Rendimentos

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	18 374,73 €	18 743,76 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 502,10 €	4 434,61 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	1 266,66 €	1 139,98 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	83 964,14 €	83 004,03 €
Outros rendimentos e ganhos	99 509,36 €	48 221,99 €
Total	207 616,99 €	155 544,37 €

Figura 27 - Outros Rendimentos

16.16– Outros Gastos

Descrição	2025	2024
Impostos	11 091,38 €	4 768,52 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	10 542,13 €	5 371,40 €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas	10 057,68 €	415,81 €
Total	31 691,19 €	10 555,73 €

Figura 28 - Outros Gastos

Nas “perdas em inventários” encontram-se reconhecidos os valores referentes a artigos deteriorados ou fora de prazo de validade, cuja troca junto do fornecedor não foi possível.

16.17 – Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2 584,94 €	2 539,98 €
Total	2 584,94 €	2 539,98 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	125 530,07 €	142 573,83 €
Dividendos obtidos	- €	- €
Outros Rendimentos similares	- €	- €
Total	125 530,07 €	142 573,83 €
Resultados Financeiros	122 945,13 €	140 033,85 €

Figura 29 - Resultados Financeiros

Nos Resultados Financeiros encontram-se registados:

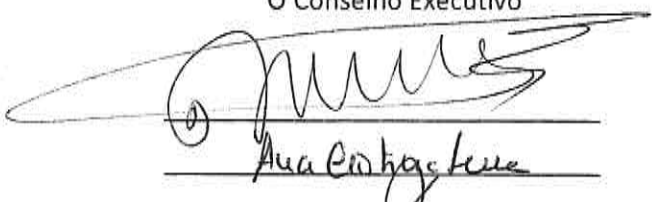
- Como rendimento, os juros de depósitos a prazo obtidos. São privilegiados estes instrumentos de rentabilização financeira, de reduzido risco, que beneficiam da isenção de IRC e as diversas aplicações resultam da consulta ao mercado, a cada momento da sua realização, das melhores condições conjugando o binómio taxa/prazo de imobilização sem comprometer a liquidez financeira na gestão de tesouraria mensal;

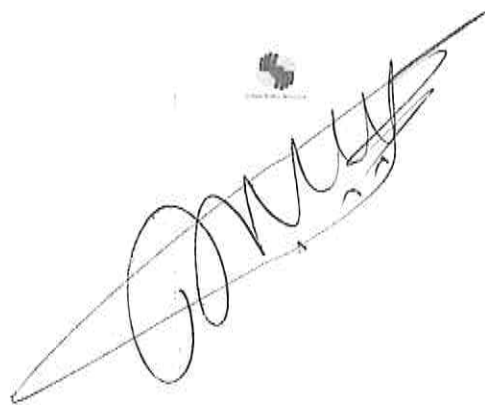
b) Como gasto, as comissões de utilização dos terminais multibanco e outras despesas bancárias.

Oliveira do Hospital, 27 de março de 2025

O Contabilista Certificado

Membro OCC nº 13364

O Conselho Executivo

Ana Cristina

ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS
LDA
RUA DO POVO 164
0410-105 LISBOA
T 21771145

M

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2025 (que evidencia um total de 12 343 509,45 euros e um total de fundos patrimoniais de 11 034 383,83 euros, incluindo um resultado líquido de 495 314,57 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS, em 31-12-2025, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

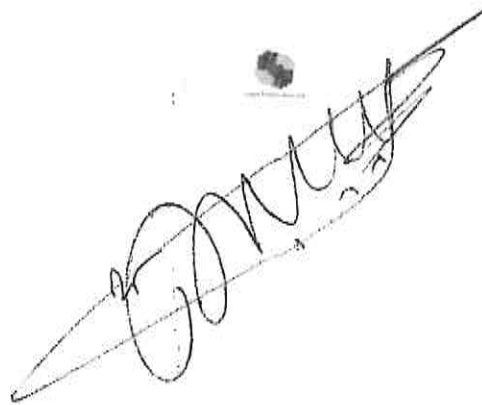
Ênfase

Tal como referido no Anexo (notas 16.4 e 16.11) e pelos motivos aí divulgados, a Entidade não pôde faturar a totalidade dos serviços prestados na área hospitalar, o que determinou o uso de estimativas nas rubricas de rendimentos e de gastos (honorários médicos correspondentes).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

PP
TB

REDADE, PENACIO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS
RUA ALBERTO
SANTANA, 100
100-000
LISBOA



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



PIEDADE, PENACHO,
TABORDA, BAPTISTA
& ASSOCIADOS

COM O QUOTE DE
REPRESENTAÇÃO DE
10% CAPITAL

-avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

-concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da

Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

-avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subsequentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 6 de abril de 2026

Piedade, Penacho, Taborda, Baptista & Associados, SROC, Lda,
Representada por:

Daniel Martins Geraldo Taborda, ROC n.º 1479
(registado na CMVM sob o n.º 20161089)

[Handwritten signature]

Ata número setenta e seis

— Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu-se a Fundação Amílcar Amaro Diniz, o Conselho Fiscal. Estiveram presentes todos os seus membros. O ponto único da ordem de trabalhos era a emissão de parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco. Dada a existência de quórum, foi dada início à reunião tendo o Presidente do Conselho Fiscal apresentado aos restantes membros do órgão os seguintes documentos: proposta de Relatório de Atividades e Contas do ano de dois mil e vinte e cinco, o anexo aos Balanços e a demonstração de resultados com referência a Trinta e um de dezembro daquele ano. Foi ainda apresentada pelo vogal Daniel Martins Guedes Taborda, por seu ofício oficial de Contas da Fundação Amílcar Amaro Diniz, a Controlo Fiscal de Contas que se realizou. Realizada a demonstração sobre a documentação apresentada, por ter apurado que a proposta se encontra conforme as normas vigentes, deliberou o Conselho Fiscal, por unanimidade, emitir parecer favorável à proposta, a considerar pela Assembleia da Fundação Amílcar Amaro Diniz quando da apreciação daquela. —

— O Conselho Fiscal não pode deixar de reconhecer o contributo de tempo, esforço e de paciência que têm caracterizado a Direção e de agradecer a colaboração constante dos nossos contabilistas e financeiros. —

— Nada mais havendo a tratar, a reunião, que havia sido iniciada às quinze horas, foi dada por encerrada às quinze horas e quinze minutos, tendo a presente ata sido lida em voz alta, aprovada por unanimidade e assinada pelos presentes. —

Pedro Augusto Simões
Daniel Guedes Taborda

Nuno Miguel Fortes Figueira Santos

(Ata n.º 682

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas, reuniu na sala de direção sita ao Lar de Terceira Idade, o **Conselho de Administração** da Fundação de Aurélio Amaro Diniz com a presença de todos os membros, no sentido de analisar e aprovar os relatórios de gestão e as contas apresentadas pelo Conselho Executivo no passado dia vinte e sete de março relativamente ao exercício do ano de 2025, acompanhados pela Certificação Legal de Contas emitida no passado dia seis do corrente mês e da ata número setenta e seis do Conselho Fiscal datada do dia vinte também do corrente mês.

Da análise prévia dos documentos e das explicações efetuadas pelos membros do Conselho Executivo, especialmente quanto à componente Hospitalar pela falta de concretização de um protocolo regulador de toda a atividade para o Serviço Nacional de Saúde bem como da situação da falta de aceitação de toda a despesa apresentada junto da ACSS no ano de 2024, que estão devidamente enunciadas no relatório de gestão, bem como em relação aos investimentos que estão a decorrer no âmbito dos apoios PRR, fica patente que o ano de 2025 está indelevelmente marcado pelas dificuldades sentidas no relacionamento com o Estado, que é transversal a todo o setor social.

Ainda assim, a administração prudente e a concretização de alternativas que permitiram manter em pleno funcionamento todas as valências, ainda que aquém da real capacidade das estruturas (especialmente na componente cirúrgica), com especial prejuízo para a população, veio a traduzir-se no reforço da sustentabilidade da instituição com o resultado positivo do exercício no valor de 495.314,57€ (quatrocentos e noventa e cinco mil, trezentos e catorze euros e cinquenta e sete cêntimos) que, conforme proposta do Conselho Executivo, se irá transferir para a rubrica de resultados transitados, reforçando o Capital Próprio.

Tendo também em conta os pareceres positivos do Revisor Oficial de Contas e do Conselho Fiscal, delibera-se pela aprovação dos documentos e pela sua submissão, acompanhados desta ata de aprovação, junto das entidades oficiais e fiscais, bem como a sua divulgação na página da internet da instituição faad.online.pt, nos termos da legislação aplicável.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros.

Aur. António Silva

Presidente

Processado por computador